IMPÔSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES — DIRETORES DE EMPRESAS DE ELETRICIDADE

— Não é devido imposto de indústrias e profissões pelos diretores, gerentes e empregados de empresas que explorem serviços de eletricidade.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

PROCESSO N.º 191-45

Visto, relatado e discutido o Processo n.º 191-45, C.N.A.E.E., no qual a Empresa de Força e Luz Alto Rio Docense recorre do ato da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, Coletoria de Alto Rio Doce, pelo qual o gerente da referida empresa, Conegundes Dias Moreira, foi lançado para pagar pelo desempenho dessa função, no exercício de 1945, o imposto de indústrias e profissões, na importância de Cr\$ 150,40 (cento e cinquenta cruzeiros e quarenta centavos), os membros do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, usando das atribuições que lhes conferem o item V, letra b, do art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.699, de 24 de outubro de 1939, e o art. 14 do Decreto-lei n.º 2.281, de 5 de junho de 1940.

Considerando que, em numerosos acórdãos, entre eles os de números 187, 188, 194, 195, 205, 212, 214 e 218, tem este órgão uniformemente decidido que os diretores, os gerentes e, em geral, os empregados das empresas de eletricidade não estão sujeitos ao imposto de indústrias e profissões, pelas funções que nelas exerceram.

Acordam em dar provimento ao recurso, para declarar indevida a cobrança do imposto de indústrias e profissões a Conegundes Dias Moreira, pelo desempenho da função de gerente da Empresa de Força e Luz Alto Rio Docense, no exercício de 1945.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 1945. — *A. Junqueira Ayres*, Presidente. — *Carlos Berenhauser Júnior*, Relator. — *Carlos Julio Galliez Filho*. — *Waldemar José de Carvalho*.

Fui presente. — *Alcides Vieira Pinheiro*, Consultor Jurídico.